



A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social*

The research and extension in the teaching-learning process of the Graduation and Post-Graduation in Social Work

JANE CRUZ PRATES**



Inicia-se a presente reflexão reconhecendo a pesquisa como um processo social. As atitudes investigativas fazem parte do cotidiano, porque os sujeitos avaliam sistematicamente para tomar pequenas decisões na vida diária, com base em breves investigações. Avalia-se como está o tempo e se está frio ou quente, ouvindo a previsão do tempo para planejar vestir uma roupa quente ou mais leve, não raras vezes abre-se a janela para verificar empiricamente a temperatura e tomar essa decisão. Quando se prepara os alimentos, avalia-se a quantidade de sal ou tempero que estão sendo adicionados aos pratos elaborados e prova-se para verificar empiricamente se estão ao gosto (a parte que se destaca do todo, é uma amostra que permite concluir sobre o todo, falta sal, está no ponto?) Muitas vezes, na dúvida em relação a pratos que se deseja preparar, buscam-se receitas em livros ou na internet para orientar a ação, ou seja buscam-se orientações em fontes diversas para melhor entender e realizar os processos. Os elementos de problematização, análises, breves sínteses, opções, portanto, fazem parte da rotina, não há como planejar, agir de modo melhor direcionado, senão pautados por avaliações sobre a realidade que implicam necessariamente atitudes investigativas.

Seguramente, ao tratar-se do cotidiano profissional, o nível de complexificação se amplia, não só em relação aos processos de análise, mas aos impactos mais ou menos acertados dessas avaliações que extrapolam a esfera privada. Para dar conta desse compromisso, utiliza-se o que Marx (1989) chama de instrumental. O instrumental nas palavras de Marx é “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 1989, p. 203).

É parte desse instrumental não só ferramentas, como telefone, salas para atendimento, estratégias interventivas como reuniões, visitas, entrevistas, mas também a teoria e sua mediação com os dados e os processos concretos que se materializam na realidade, os processos de planejamento e pesquisa.

* O conteúdo deste artigo foi apresentado originalmente como palestra na Semana do Assistente Social da UFSC, em 2017.

** Bacharel, mestre, doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Pesquisadora produtividade do CNPq, coordenadora do PPGSS e professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS. Porto Alegre - RS/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/1901733198724508>. E-mail: jprates@pucrs.br.

Para incidir sobre as refrações da questão social, objeto de trabalho do assistente social, realiza-se essa mediação entre dados expressos, contextos, determinantes, com o intuito de desocultar processos sociais subalternizadores e processos sociais emancipatórios.

Entende-se como **processos sociais subalternizadores** as diferentes formas de exploração, subjugação, violência, manipulação, dominação, entre outras, que violam direitos e destituem iniciativas, desmoralizam e agridem, de forma velada ou explícita, sujeitos e grupos expondo-os à condição de dependência, passividade, desmoralização; e como **processos sociais emancipatórios** aqueles que conformam o processo pedagógico de participação e incluem iniciativas como mobilização, organização, conscientização, capacitação e gestão autônoma da vida e de processos que os sujeitos constroem e se inserem, mesmo que limitadas pelos contextos histórico-culturais e condições de vida.

Não é por outra razão que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, nas Diretrizes Curriculares destaca a importância da investigação e de uma formação que privilegie a capacidade investigativa para o fortalecimento da profissão e o aprimoramento do trabalho profissional, produzindo conhecimentos sobre como se constitui, sobre seus condicionantes, sobre as condições em que é realizado, acerca dos processos e resultados que desencadeia, dando visibilidade às suas contribuições para a sociedade.

Além da Investigação ser parte do instrumental de trabalho para desocultar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, no Estado, nas políticas públicas, no contexto social, ela é importante ferramenta que viabiliza a elaboração de planos, a realização de diagnósticos familiares, territoriais, institucionais, permitindo a realização de sínteses e propostas mais consistentes e coerentes com os valores que fundamentam o Projeto Ético-Político Profissional, para o trato das expressões das refrações da questão social.

Diante da precarização de toda ordem que marca a realidade presente, de relações, espaços organizativos, do próprio ensino, do avanço do conservadorismo, de manipulações de informação realizadas pela mídia burguesa, do desmonte de direitos, os trabalhadores são cada vez mais desafiados a fazer avaliações críticas e atualizadas para o desvendamento dos contextos singulares e coletivos com os quais trabalham e nos quais se inserem.

As Diretrizes da ABEPSS (1996) destacam que a ética e a pesquisa são transversais à formação e ser transversal significa que, em toda a disciplina e processo formativo, a atitude investigativa e o exercício de processos de desvendamento, via investigação, sejam privilegiados. Significa a busca pelo adensamento sobre os contextos, os sujeitos, os processos, as políticas e os fenômenos com os quais se trabalha, com o compromisso ético de superar o aparente, porque as populações usuárias dos serviços merecem avaliações que contemplem essa qualidade, para que se possa inclusive propor de modo mais pertinente, contemplando fundamentalmente as necessidades e expectativas dos sujeitos, que se destaque, precisam ser incluídos nos movimentos de avaliação.

Significa também a articulação de conteúdos teóricos com dados empíricos que emanam da realidade, dados tanto numéricos como percentuais e índices, bem como as expressões dos sujeitos, que também são contraprovas históricas para fundamentar argumentos que precisam compor os produtos do trabalho – tais como: diagnósticos, projetos, relatórios, encaminhamentos, relatos de visitas domiciliares, avaliações de territórios, de políticas, programas, contextos.

A pesquisa exige o exercício dessa mediação teórico-prática tão significativa para uma profissão interventiva como o Serviço Social, pressupõe a realização de sínteses, a priorização de dados essenciais em relação a secundários. E como procedimento pedagógico, pode e deve ser realizada no conjunto das disciplinas, para além da existência de disciplinas específicas de pesquisa social que, em tempos de universidade operacional, tem sido reduzido em termos de carga horária, para atender a flexibilização curricular.

No tempo presente, com a ampliação da realidade virtual e o desenvolvimento da tecnologia informacional, ampliam-se os acessos, mas como contraponto tem-se uma ampliação do fetichismo

exacerbado, mascarado por informações distorcidas veiculadas pelas diversas mídias que, não raras vezes, proliferam a superficialidade da informação, algumas sem fontes fidedignas e nem sempre suficientemente adensadas. Nesse sentido, é uma estratégia fundamental o desocultamento das contradições que atravessam todos esses processos, politizando e atribuindo mais substância aos debates acerca das análises universais e particulares que se realizam (PRATES, 2016).

No que se refere à tecnologia, não se pode negar a sua importância e a necessária apropriação dessas ferramentas pelo conjunto dos trabalhadores, mas não se pode equivocadamente alçá-las a patamares maiores do que ferramentas, porque, como tal, sua utilização depende do projeto ético-político que lhes dá sustentação e das teorias que as movimentam.

Marx (1989) já destacava na obra o capital que seria possível “escrever toda uma história de invenções a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital de armas contra as revoltas dos trabalhadores”, destacando o caráter contraditório do desenvolvimento tecnológico, mesmo porque a universalidade do acesso a este desenvolvimento não é garantida e a apropriação privilegiada do capitalista aumenta sua capacidade de competitividade. A inovação acelerada torna rapidamente obsoletos os meios de produção e os bens de consumo; a tecnologia, porém, na visão marxiana, é básica para o aumento da produtividade e dos lucros e, portanto, é diferencial competitivo (PRATES, 2016).

Lembre-se que Marx afirmou no Manifesto que a burguesia não poderia existir sem revolucionar constantemente a captura de espaço e tempo que caracteriza a contemporaneidade reduz o tempo dedicado ao adensamento dos conhecimentos. Se por um lado há o acesso a muitas informações, a sua sedimentação nem sempre acontece, o que facilita processos de alienação mascarados por uma apropriação superficial.

Reitera-se, portanto, que o exercício de investigar para adensar conceitos, buscar novos olhares sobre temas diversos, desocultar contradições, articular dados é possível e necessário em todo o espaço de formação e a isso chama-se de transversalidade.

Os Núcleos e Grupos de Pesquisa e a experiência de iniciação científica, nesse sentido, são espaços por excelência para a realização desses processos. Depoimento de alunos e professores sobre a importância da experiência de iniciação científica e da participação em investigações coletivas em grupos e núcleos de pesquisa, em estudo realizado pela autora deste (PRATES, 2016a) mostram, entre outros dados, o destaque à ampliação: da capacidade de articulação teórico-prática, da capacidade de analisar e sintetizar, do cuidado ético nos procedimentos, da riqueza em construir produções conjuntas (exercício do trabalho em equipe), da apreensão de processos de planejamento (planos, cronogramas, prazos, orçamentos, organização de eventos científicos), do adensamento sobre temáticas específicas e sobre teoria e metodologia de pesquisa, do exercício para a elaboração de artigos, resumos e a criação do que se chama de *habitus científico*. E estes espaços privilegiam a troca entre graduandos e pós-graduandos e também o exercício da atividade docente pelos pós-graduandos (orientações para a elaboração de trabalhos, análises, relatórios, etc.) (PRATES; KUNSLER, 2015).

Não há dúvidas de que existem níveis diversos de investigação e no nível da Graduação não se formam pesquisadores, mas profissionais habilitados a fazer o uso da investigação como parte do instrumental para dar conta de suas atribuições e competências.

É no nível da Pós-Graduação que se formam professores e pesquisadores. Aliás, esse é o objetivo dos mestrados acadêmicos e doutorados, ou da pós-graduação *stricto sensu*.

Por outra feita, se tem a clareza de que a pesquisa é um importante instrumento de intervenção social, não só por propiciar a obtenção de dados sobre a realidade e desocultar relações, contradições, mascaramentos, mas também por ser espaço para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, pois sujeitos se capacitam, organizam, mobilizam, se informam, ampliam consciência ao longo do processo, se o processo é valorizado enquanto tal e se a participação do conjunto dos sujeitos envolvidos é priorizada.

Por exemplo, ao realizar coletas coletivas, os sujeitos debatem alguns temas e ampliam seu conhecimento acerca do tema que está sendo problematizado, são instigados a realizar trocas coletivas, a refletir sobre seus espaços, sobre como realizam seu trabalho, sobre suas condições de trabalho. Em tempos de sobretrabalho e ausência de espaços para organizar-se e refletir, esses processos são momentos muitas vezes ímpares.

A valorização do processo investigativo como estratégia pedagógica é destacada por Marx, por ocasião da realização do questionário em 1880, que buscava avaliar as condições de trabalho da classe trabalhadora francesa.

Conforme Lanzardo (apud THIOLENT, 1987), o questionário traz implícito o princípio de um método de trabalho político que se encontra na Crítica da Economia Política. A enquete operária, conduzida por Marx, mais do que um instrumento exemplarmente elaborado de investigação social, constituiu uma estratégia de conscientização e mobilização, condições necessárias, embora não suficientes, para qualquer processo de transformação social.

E, conclui Lanzardo, destacando a relevância fundamental atribuída por Marx ao processo, pois embora a devolução dos instrumentos tenha sido pouco significativa em relação ao número enviado, o autor ressalta que: “(...) o essencial era que os questionários, chegando aos operários, lhes dessem novas possibilidades de conhecer a maneira pela qual a exploração capitalista funciona” (apud THIOLENT, 1987, p. 244-245).

No amadurecimento do Serviço Social, uma profissão ainda tão jovem, encontra-se a pesquisa e a produção de conhecimentos como um importante divisor de águas. Foi não só a iniciativa de ruptura, que teve seu início no Movimento de Reconceituação, sem dúvida um marco histórico para o Serviço Social, mas a ampliação da produção de conhecimentos da área, pautada na pesquisa proporcionada pelos Programas de Pós-Graduação que, no Brasil, iniciam na década de 1970, alteraram significativamente a maturidade dessa profissão, fazendo com que a área ganhasse um novo estatuto.

A década de 1980, fortalecida pelos Cursos de Pós-Graduação, viabiliza a sustentação de um novo projeto profissional, a partir do diálogo com pensadores clássicos, iniciando o processo de superação do que Netto chama de apropriação enviesada do marxismo.

A partir de 1982 a área ganha reconhecimento dos organismos de fomento à pesquisa, mas é importante destacar, nesse mesmo período, as importantes contribuições de Yamamoto, expressas no início dos anos 1980 que avançam os anos 1990, e vão imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país (YAZBEK; SILVA, 2005), contribuições estas que, ressalte-se, continuam sendo fundamentais à análise da profissão no tempo presente.

Mas é só em 2005 que o Serviço Social finalmente se constitui como área específica de Pós-Graduação na CAPES (YAZBEK; SILVA, 2005).

A extensão Universitária

Os primeiros registros de extensão oficiais no Brasil aparecem no Estatuto da Universidade em 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência. Com a Reforma Universitária de 1968, a Extensão torna-se obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.

Essa visão restrita começa a modificar-se nos anos 1980, período de abertura, efervescência de movimentos sociais e pressão da sociedade civil exigindo maior interface da universidade para equacionar suas necessidades. Com a Constituição de 1988 é aprovado o princípio da indissociabilidade entre ensino–pesquisa–extensão.

O Plano Nacional de Extensão, publicado no final de 1999, adota o seguinte conceito de Extensão Universitária: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (CORREA, 2007, p. 11).

Os eixos que orientam a materialização dos processos de extensão destacam: a direção transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas; o diálogo entre universidade e comunidade, pautado na aliança com movimentos sociais para o enfrentamento de desigualdades, caracterizado pela troca de saberes, superando o discurso da hegemonia acadêmica; privilegiando a interdisciplinaridade, a interinstitucionalidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, algumas condições são previstas no documento intitulado Extensão Universitária: organização e sistematização, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, entre as quais: a constituição de uma rede interinstitucional com canais dinâmicos de comunicação, a constituição de bancos de dados com experiências e produções, a sistematização de experiências e seu compartilhamento, a capacidade de negociação e proposição e a capacidade e agilidade para responder às demandas (CORREA, 2007).

A destacada produção técnica da área do Serviço Social mostra a sua contribuição para a sociedade brasileira a partir da realização de estudos, avaliações, capacitações profissionais em interface com a sociedade, além de assessorias e consultorias. Muitos desses espaços de troca, entre a Universidade e as organizações de caráter reivindicativo ou que executam serviços diretos à população, são realizados a partir de processos de extensão, alguns dos quais os discentes participam desde a elaboração das propostas até a sua execução e avaliação desenvolvendo competências diversas, algumas delas realizadas de modo interdisciplinar. Contudo, entende-se que ainda se constituem como ações desarticuladas de uma política de extensão, articuladas em um Programa que contempla a interface com a sociedade, mas também a efetiva formação de graduandos.

Ainda é preciso que se reconheça que a precarização crescente do trabalho, com redução de pessoal nas Universidades, redução de recursos financeiros para pesquisa e extensão, somada à precarização das estruturas dos serviços sociais reduz as possibilidades de efetividade dessas ações.

Ressalte-se que Marx afirmou na obra **O capital** que, embora os meios de trabalho ou o instrumental não participem “diretamente do processo, este fica total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se” (1989, p. 205); quando deles não dispomos ou dispomos de modo precário.

A aprovação da Lei nº 95 de 2016, antiga PEC 55, que estabeleceu o congelamento de gastos por 20 anos no orçamento da União, seguramente fará com que essas condições já precárias se agudizem-se ainda mais.

Para que os processos de extensão fossem realmente efetivos, tanto em termos de atendimento às necessidades legítimas da população como no que concerne à formação profissional, seria preciso uma conformação a exemplo das residências multiprofissionais, quando se realiza a formação em serviço como parte das estratégias pedagógicas. Essa perspectiva contempla percursos formativos que não se limitam a disciplinas, mas sem dúvida exigem um investimento maior de recursos para sua consecução, o que se contrapõe à lógica da universidade operacional e da sustentabilidade e são limitadas pela disponibilidade dos discentes trabalhadores, geralmente alunos de cursos noturnos.

Em que pese o fato de muitas experiências de extensão lograrem resultados excelentes, a maioria ainda não consegue materializar esse processo de modo articulado e mais efetivo, em razão dos diversos condicionantes, aqui já abordados.

A maior ênfase aos processos de extensão, sem dúvida, tem se materializado na Universidade Pública, observa-se, no entanto, ainda a pouca articulação com a pesquisa ou com estudos de maior consistência. Alguns PPGS, muito voltados a processos de extensão desarticulados da pesquisa, têm

ocupado grande parte do tempo de seus professores nessas articulações, com prejuízos a uma produção mais consistente o que acaba por impactar avaliações que não espelham a qualidade de suas propostas e de seus quadros docentes qualificados. É preciso se considerar que a extensão não logra de maior relevância e reconhecimento na avaliação da Pós-Graduação.

Por outro lado, o dimensionamento dos resultados de processos de ensino-aprendizagem, resultantes da articulação entre extensão e investigação, ainda tem pouca visibilidade em termos de publicações, geralmente se restringem a relatos de experiências ou fazem avaliações pontuais de mediações em determinados espaços sócio-ocupacionais.

Em que pese a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reconhecida em documentos oficiais, há de se reconhecer, embora este seja um tema bastante polêmico, que o maior acento na extensão deve ser da Graduação que tem por finalidade formar profissionais e o na pesquisa da Pós-Graduação, que objetiva formar pesquisadores e docentes, no caso do *stricto sensu*, e que a efetiva articulação entre ambos exige uma interface concreta entre Graduação e Pós-Graduação, requerendo processos conjuntos de planejamento e gestão, incluindo o debate acerca do financiamento e da estrutura disponibilizada para sua execução.

No caso do Serviço Social, particularmente, os cursos de Graduação vinculam-se às Ciências da Saúde e os Programas de Pós-Graduação às Ciências Sociais aplicadas, o que por si só já espelha a sua falta de integração efetiva, apesar do grande esforço realizado por muitas UFAS em viabilizar essa integração.

Esse debate complexo precisa ser urgentemente adensado pela área; estudos sobre a pesquisa e suas estruturas têm sido temas de investigação e debates da área, mas levantamentos e análises mais consistentes e amplas sobre processos de extensão, para além dos relatos de experiência, ainda são pouco socializados e debatidos nos fóruns da categoria, apesar de sua relevância, especialmente na universidade pública.

Mas, no âmbito geral da Universidade, é fundamental ter políticas claras de pesquisa e extensão que dialoguem entre si, caso contrário essa dicotomia seguirá se perpetuando como marca da universidade brasileira; e principalmente é fundamental que essas políticas se pautem em avaliações realizadas em conjunto com a sociedade, caso contrário as intenções postas nos Planos Nacionais não passarão de meras intenções e os processos de extensão não terão legitimidade.

Quanto a nós Assistentes Sociais, embora tenhamos clareza de direção social e um projeto ético-político fundamentado em valores pautados em processos emancipatórios, sabemos que, por serem contra-hegemônicos ao capitalismo, sofrem, constantemente, reveses. No tempo presente, com o avanço avassalador do conservadorismo e o retrocesso político vivenciado no país, esse processo se agrava sensivelmente.

A luta por processos que estreitem a interface entre a Universidade e a Sociedade, que avancem na ampliação de canais de participação, que se fundamentem em processos de planejamento efetivamente participativos, em investigações cujos sujeitos investigados tornem-se investigadores ao longo do processo, e extensões que realmente intercambiem saberes e respondam às necessidades da população e da formação, são coisas que interessam profundamente na medida em que auxiliam a materialização de nosso projeto ético-político, logo, precisam compor nossas bandeiras de luta e serem temas centrais em nossos debates.

O aprimoramento desses espaços de pesquisa e extensão e sua interface favorecem o desafio sistemático que precisa-se enfrentar para desnaturalizar as desigualdades e dar visibilidade às formas criativas como os sujeitos buscam equacioná-las, tantas vezes criminalizadas, como nos recentes abusos de autoridade contra manifestantes, que lutavam contra as reformas trabalhista e previdenciária no Congresso Nacional e foram reprimidos pelo exército brasileiro, ou na morte estúpida de trabalhadores do campo no Pará, que lutavam pela terras.

As desigualdades e lutas, que têm sido tantas vezes banalizadas e despolitizadas nesse país, exigem de nós a ampliação de cadeias de mediação para explicar as lógicas do capitalismo contemporâneo e seu

imperialismo material e simbólico que oculta a luta de classes, movimento sem o qual não é possível fazer frente a estes desafios.

A Revista Textos e Contextos nessa edição aporta algumas reflexões importantes para contribuir com a ampliação de nossas cadeias de mediações. Na abertura, com tradução completa para língua inglesa, apresenta o artigo do Prof. Adrián Sotelo, do México, que versa sobre a teoria da dependência analisada a partir das contribuições de Ruy Mauro Marini. Este artigo abre o primeiro eixo intitulado **Perspectivas emancipatórias e lutas sociais**. Compõe, ainda, esse eixo o artigo da Prof.^a Olga Pérez Soto, de Cuba, que aporta reflexões sobre a atualização do socialismo como projeto histórico, cem anos após a primeira experiência no mundo. Concluindo o primeiro eixo, apresenta-se o debate acerca das lutas sociais na América latina, a partir de Enrique Dussel, com destaque para os pressupostos e a filosofia marxiana em sua leitura.

O segundo eixo, intitulado **Gênero e desigualdade social** é composto por dois artigos, o primeiro versa sobre o recorte de gênero contemplado no Programa Bolsa Família e o segundo sobre o recorte de gênero nos estudos acerca da obesidade e da pobreza. O terceiro eixo, intitulado **Juventudes: violência e conflitos** é também composto por dois artigos, o primeiro problematiza as condições de vida de jovens que sofrem violência e o segundo aborda a criminalização da questão social na mediação com jovens em conflito com a lei.

O quarto eixo **Processos sociais, formação e trabalho** é constituído por cinco artigos: o primeiro aborda a dialética grupal e a diversidade, aportando reflexões sobre algumas estratégias para o enfrentamento das opressões sociais em razão do não reconhecimento da diversidade humana; o segundo traz uma experiência de estágio docente, para debater a formação de assistentes sociais críticos e criativos; e o terceiro aborda a interdisciplinaridade construída pelas áreas de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia no espaço de um CREAS. Dando prosseguimento, o quarto artigo que compõe esse eixo debate sobre o processo de terceirização na Política de Assistência Social, também a partir da experiência de um CREAS, e, por fim, fechando o eixo, o quinto artigo versa sobre a prudência e suas convergências com a heurística do temor, um tema bastante polêmico, mas que é apresentado ao leitor para instigar o debate sobre o que o autor acredita ser necessário “tirar do silêncio” para enfrentar ações desmedidas e inconsequentes que colocam em risco a vida humana e do planeta.

Dando sequência, apresenta-se o quinto eixo, intitulado **Políticas públicas, ética e avaliação**, constituído por quatro artigos. O primeiro versa sobre a experiência brasileira de combate à fome na última década, afirmando que os ventos do Sul movem moinhos. O segundo versa sobre migrações internacionais e debate acerca dos direitos socioassistenciais para fronteiriços. O terceiro questiona a neutralidade e aborda o debate sobre a responsabilidade na avaliação das Políticas de Ciência e Tecnologia; e, encerrando essa edição da Revista, apresenta-se um artigo que aborda a Política de Saúde no neoliberalismo e o consequente crescimento do terceiro setor.

Espera-se que as reflexões instigadas pelas pesquisas e revisões teóricas aqui sintetizadas, por autores de diversas regiões do Brasil e dos parceiros cubanos e mexicanos, instiguem novas problematizações e mobilizações subsidiando estratégias de resistência.

A Editora
Porto Alegre, inverno de 2017.

Referências

- ABESS/CEDEPSS. **Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.
- BRASIL. FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

CORREA, Edson José. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MARX, K. **O capital**. Livro I. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v.1.

PRATES, Jane Cruz. Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de crise. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 01-08, jan./jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.21388>.

PRATES, Jane Cruz. As ameaças do tempo presente aos direitos conquistados. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 225-233, ago./dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2016.2.26234>.

PRATES, J. C.; KUNSLER, R. A direção da pós-graduação e a contribuição dos núcleos e grupos de pesquisa para esse processo. In: XXI Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Anais...** México, 2015.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4.ed. São Paulo: Polis, 1985.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Ozanira da Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação em serviço social no Brasil. In: CARVALHO, Denise B. B. de; SILVA, Maria Ozanira da S e. (Orgs.). **Serviço social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.